

## **"Para onde vai a Europa?" Artigo de André Freire, in Público de 17 de Dezembro de 2007**

No meio da euforia com o Tratado de Lisboa, é quase politicamente incorrecto avançar com dúvidas e reflexões críticas quanto ao rumo que a Europa tem seguido nos últimos anos, nomeadamente desde Maastricht. Porém, em muitos domínios o tratado vem cristalizar vários aspectos menos positivos da trajetória anterior, tomando-a porventura mais dificilmente reversível (porque só cambiável por votações unânimes). Há elementos positivos, com certeza. Mas penso que o que mais falta faz hoje é alguma problematização do rumo da Europa. Início, por isso, uma série de artigos sobre o curso que vem seguindo a integração europeia em três domínios fundamentais: o modelo social, a política externa e a democracia.

No PÚBLICO(11/12/07), Vital Moreira considerava que, além dos soberanistas e dos federalistas, só a "esquerda radical" (céptica quanto à economia de mercado) e a "direita liberal" (céptica quanto a qualquer regulamentação do mercado) poderão ter razões para fazer objecções fundamentais ao tratado. Penso que o estimado colega não tem razão: há razões para fundadas críticas quanto ao rumo que a Europa tem seguido nos últimos tempos, nomeadamente em matéria de modelo social, mesmo quando nos colocamos numa perspectiva social-democrata (excepto talvez se a reduzirmos à actualização neoliberal chamada "terceira via").

Embora nos primórdios da integração europeia a esquerda social-democrata tenha estado do lado dos mais cépticos, nas décadas mais recentes, sobretudo com o aprofundar da globalização, a família socialista não só se tornou bastante mais europeísta como apresentou a Europa como um instrumento essencial de afirmação do modelo social europeu no contexto da globalização. No contexto da perda de poder dos Estados nacionais, a defesa do modelo social europeu teria de passar por entidades supranacionais, as únicas com poder para domesticar as forças do mercado à escala planetária. O argumento fazia (e faz) todo o sentido: a UE é um gigante comercial e, portanto, poderia jogar todo o seu peso, nomeadamente na Organização Mundial do Comércio, no sentido de impor mínimos sociais, ambientais e políticos nas transacções comerciais. Deste modo, poderia minimizar o *dumping*

social, ambiental e político a que temos assistido. Esta perspectiva é internacionalista: trata-se de ir exigindo paulatinamente (e como moeda de troca para a abertura dos mercados), para todos os povos à escala mundial, não só a democratização, mas também padrões mínimos em matéria social e ambiental. Na Europa, tal versão do projecto social-democrata implicava pelo menos duas coisas: primeiro, caminhar no sentido de uma certa convergência em matéria social e fiscal; segundo, a utilização abundante dos fundos estruturais como instrumento de redução das assimetrias entre países. A ideia da Europa como instrumento de regulação do mercado à escala planetária e europeia implica, como vimos, a rejeição da ideia da Europa como "experimento da globalização neoliberal) num só continente". Porém, como explicam os economistas João Rodrigues e Ricardo Paes Mamede (*Le Monde Diplomatique, Julho, 2007*), sobretudo desde 1992 a convergência sócio económica na Europa tem sido feita fundamentalmente em termos de política monetária e orçamental. Os tímidos esforços para introduzir alguma convergência em matéria fiscal e social têm sido quase sempre frustrados, nomeadamente pelos vetos do Reino Unido e da Irlanda. Resultado: "A integração económica, sem harmonização fiscal sobre os rendimentos do capital, tende a instituir a prática de relançar a economia através dos poucos instrumentos de política disponível: a redução dos impostos sobre os lucros. Isto não só acentua uma perversa concorrência fiscal, a qual não só coloca restrições adicionais à realização de despesa pública, como força os Estados a financiarem-se cada vez mais com base em impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre o consumo (Idem, *ibidem*)."

O peso dos rendimentos do trabalho na riqueza nacional (PIB da UE 15) passou de 65 por cento, em 1980, para 57 por cento, em 2005. Com o alargamento de 2004 tudo isto se agravou, nomeadamente porque o mesmo não foi contrabalançado nem com o nível de fundos estruturais que tinha sido usado para integrar o Sul da Europa, nem com qualquer esforço sério de harmonização social e fiscal. Sob a presidência de Blair, integraram-se dez novos países e o orçamento comunitário contraiu-se. Para o New Labour, tal como para os Tories, a Europa é uma espécie de "cavalo de Tróia da globalização neoliberal": só assim se explicam não só os vetos à harmonização social e fiscal como o remeter da "carta dos direitos" para um anexo do tratado e a exigência de um *opting out* para o

Reino Unido. Mais: se no futuro houver uma maioria de Estados que queira avançar no sentido da harmonização social e/ou fiscal, como propunha Ségolène Royal, dificilmente poderemos efectivamente avançar, pois o tratado continua a exigir unanimidade nestes domínios. Mais: o tratado cristaliza o Pacto de Estabilidade, não mexe nos objectivos do BCE ("zelar pela estabilidade dos preços", secundarizando o crescimento e o emprego) e continua a deixá-lo sem qualquer escrutínio político (como tem, por exemplo, o FED/EUA).

Há vários aspectos positivos no tratado, mas são mais de índole simbólica e pouco alteram os constrangimentos referidos atrás a uma Europa enquanto instrumento de afirmação do modelo social europeu que tinha sido "prometida" aos eleitores pelas forças sociais-democratas: a **referência a uma "economia social de mercado", a ênfase** posta no diálogo social, a "carta dos direitos" (agora remetida para anexo e que não acrescenta nenhum direito aos já existentes), as melhorias em matéria de "serviços de interesse geral". Pode ser o tratado possível, mas fica bastante aquém do (antes) desejado e do "prometido".

*Professor de Ciência Política (ISCTE)*